

Clipping
21 a 23.01.2011

Rosane de Oliveira - Efeito psicológico	1
O planeta próximo dos 7 bilhões de habitantes.....	2
Sinalização precária atrapalha carteiros	2
Padronização não sai do papel	2
Piso: centrais querem 12%	3
Judiciário divulgará gastos.....	3
Piso tem primeiro debate.....	3
Aeroviários aceitam reajuste de 8,75%	4
Plano da Ulbra encerra-se dia 31	4
MP ganhará mais três novos prédios.....	4
CNJ lança Portal da Transparência do Poder Judiciário	5
Projeto altera regra para dissídio coletivo de trabalho	5
Judiciário anuncia novo Portal da Transparência	5
SC: Crianças em condições análogas a de escravo foram resgatadas de fazenda onde colhiam fumo	6
Assaltantes armados voltam a assaltar agência dos Correios em Manaus	7
Ação da família Gradin contra os Odebrecht é mantida pela Justiça baiana	8
Trabalhador morre intoxicado no Polo de Camaçari	8
Foram os pobres que causaram a crise?	9
Cargill ataca trabalhadores e pratica forma ilegal de jornada de trabalho	11

Rosane de Oliveira - Efeito psicológico

Serve para quase nada a manifestação formal do governador Tarso Genro de que é contra a ação direta de inconstitucionalidade, movida por sua antecessora, Yeda Crusius, contra o piso salarial do magistério. A manifestação é totalmente desnecessária, e Tarso só a fez porque foi cobrado por não retirar a ação logo depois de tomar posse.

Qualquer estudante de Direito sabe que não se pode desistir de uma Adin. Tarso formalizou sua posição contrária à ação para afagar os professores, mas ele sabe como ninguém que o efeito é apenas psicológico.

Em qualquer dos Estados em que o governador da época subscreveu a ação, quem entrou agora pode dar o aumento que quiser ao magistério, se as finanças comportarem. O que Yeda queria evitar, quando moveu a ação, era que alguma decisão judicial a obrigasse a pagar o piso nacional. Se Tarso quer pagar o que determina o piso nacional, ou dar os 73,3% dos deputados para os professores, pode fazer isso a qualquer tempo, desde que o Estado tenha dinheiro.

Eis a questão: o Estado não tem dinheiro para implantar imediatamente o piso nacional no formato que os professores querem – como salário básico sobre o qual incidem todas as vantagens. Tarso se compromete a fazê-lo até o fim do governo, mas não há no orçamento recursos previstos para reajuste neste ano.

A grande dúvida é se o governador aproveitará a discussão sobre o piso para debater com a direção do Cpers a adequação no plano de carreira, prevista na lei que criou o mínimo para os professores. O Cpers não quer ouvir falar de alteração na carreira, mesmo que o argumento seja permitir o pagamento de salários melhores a quem está em sala de aula. Em princípio, essa discussão não está em pauta, mas poderá ser necessária

ZERO HORA

O planeta próximo dos 7 bilhões de habitantes

Imagine um placar que se movimenta ao ritmo de um cronômetro. No final da noite de sexta-feira, ele apontava 6.895.016.513: é o número de pessoas que vivem na Terra. Prestes a alcançar 7 bilhões (entre este ano e 2012), a cifra chama a atenção para a superpopulação mundial.

A estimativa acima é do Censo americano, segundo o qual a população chegará a 7 bilhões só em 2012. A equação: cinco pessoas nascem por segundo, enquanto outras duas morrem. O planeta tem 432 mil novos habitantes a cada 24 horas.

Para demógrafos que tentam precisar a identidade do bebê número 7 bilhões, seria um garoto indiano nascido no Estado de Uttar Pradesh em 31 de outubro. São o gênero, nacionalidade e data mais prováveis, considerando que a Índia tem a maior natalidade mundial, 27 milhões de bebês por ano. Mas quantas pessoas, afinal, podem viver na Terra? Sequer o especialista em população Joel Cohen, autor do livro *Quantas Pessoas o mundo pode suportar*, sabe.— Escrevi o livro achando que responderia à questão. Descobri que esta pergunta é irrespondível no nosso nível de conhecimento atual — disse.

A resposta depende do uso que fazemos dos recursos naturais. Há comida suficiente no mundo para nos alimentar até em 2050, revelou um estudo recente de órgãos franceses. No mesmo estudo, uma conclusão — e alerta contra a desigualdade: os países ricos devem parar de consumir tanto
ZERO HORA

Sinalização precária atrapalha carteiros

A precariedade na sinalização das ruas e avenidas da Capital é um problema antigo. Em alguns casos, é difícil identificar o simples número de uma residência ou o nome da rua em que se está. Quem enfrenta estas e outras dificuldades todos os dias são os carteiros. De acordo com informações da Equipe de Correios e Telégrafos de Porto Alegre, o bairro que mais apresenta problemas de nomes e numerações é o Sarandí.

O carteiro Moisés Fonseca Marinho, que atua na área há 14 anos, informou que a rua Aderbal Rocha de Fraga é a que possui situação mais irregular. Segundo ele, as casas não têm numeração correta e há repetição de números, além de lados e posições invertidas entre os números ímpares e pares. Outras duas ruas - a Angelina Gonçalves e a Mario Andreazza - também estão com alguns problemas.

A vegetação é outro fator que prejudica o trabalho; em alguns casos, ela impede a visualização das placas. Além disso, muitos moradores colocam o lixo para a coleta na frente da caixinha dos correios. Para o carteiro Aderbal, parte do problema poderá ser resolvida se a prefeitura fizer a manutenção das placas regularmente. "A regularização das placas de acordo com o Plano Diretor da cidade precisa ser feita para facilitar a localização dos endereços", alegou.

CORREIO DO POVO

Padronização não sai do papel

O gerente dos Correios, Luciano Buhler Santana, destacou que um dos empecilhos é a quantidade de números em um mesmo local. "Muitos carteiros reclamam de casas que têm um número pela CEEE, outro pelo Dmae, um outro pela CRT e ainda um número escolhido pelo próprio morador. Por causa disso, equipes específicas de entrega foram criadas", informou o gerente.

Segundo o vereador João Antonio Dib, o problema de sinalização já é antigo na cidade. "O Executivo sempre diz que esse será o ano de identificação das ruas, mas o que se vê é que tudo continua igual", declarou. De acordo com ele, projetos de lei já foram criados para melhorar a sinalização, mas a aplicação é lenta.

Por parte da Prefeitura da Capital, está em andamento um plano de revisão das placas que identificam as ruas. "Essas placas deverão ter um padrão", informou a coordenadora do Gabinete de Planejamento Estratégico, Isabel Matte.

CORREIO DO POVO

Piso: centrais querem 12%

As centrais sindicais devem definir segunda-feira o índice de reajuste do piso regional que reivindicarão ao governo. Como não há uma política definida, a fórmula proposta é da média de crescimento do PIB estadual nos últimos dois anos (2009 e 2010), o INPC do ano passado, mais a recuperação de um quarto da perda do valor original do piso, que em 2001, quando foi criado, valia 28% mais que o salário mínimo regional. A perda acumulada é de 26,6% e a proposta sindical é diluir este percentual ao longo dos quatro anos do novo governo. O índice a ser pedido vai girar em torno de 12%.

Ausências

Como era esperado, as duas maiores centrais, Força Sindical e CUT, boicotaram a plenária realizada ontem por iniciativa do deputado Heitor Schuch. As outras quatro (CGTB, CTB, UGT e NCST) compareceram. A Força avisou um dia antes que não iria.

Assunto no CDES

Na plenária, o deputado Heitor Schuch ressaltou a necessidade de estabelecer uma política permanente de reajuste. O assunto também deverá ser tratado no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que criou grupo temático para o piso.

CORREIO DO POVO

Judiciário divulgará gastos

O Judiciário anunciou ontem a criação de um portal com informações sobre gastos realizados pelo poder na esfera federal. O Portal da Transparência do Judiciário seguirá os moldes do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU), que divulga gastos do Executivo federal. A iniciativa é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

CORREIO DO POVO

Piso tem primeiro debate

Reunião sobre salário mínimo regional começa com mudança na data-base, que agora será março. Com a mudança de 1 de maio para 1 de março na data-base do mínimo regional, as discussões envolvendo o reajuste do piso, hoje em R\$ 546,57 a faixa I e R\$ 594,42 a faixa IV, reuniram na Assembleia Legislativa lideranças de trabalhadores e representantes do governo estadual. A primeira reunião de 2011 sobre o assunto foi coordenada pelo deputado Heitor Schuch (PSB), que nos últimos anos tem trabalhado para que seja definida uma política permanente de reajuste do salário, a exemplo do que já ocorre com o salário mínimo nacional.

A ausência de parlamentares, especialmente os da base do governo, e também dos empresários foi criticada pelos representantes das centrais dos trabalhadores. Cláudio Selistre, da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, acredita que o perfil do novo governo poderá facilitar as negociações.

"Entendemos que este governo é mais simpático ao piso do que os anteriores. A discussão, porém, está se iniciando. O desafio será grande, pois teremos que recuperar esse salário, o que é fundamental para o fomento da economia", acrescentou o dirigente.

A manutenção do mínimo regional é defendida pelas centrais sindicais. O vice-presidente da Nova Central Sindical do RS, Oniro Camilo, que representa 53 sindicatos no Estado, propõe a implementação de uma fórmula permanente de reajuste que considere, por exemplo, o INPC mais 80% da média do PIB gaúcho do último biênio, além de mais 4% para recuperar perdas registradas nos últimos anos.

Em julho de 2010, dois meses após a data-base, a então governadora Yeda Crusius sancionou o projeto de lei que reajustou o mínimo regional. Em junho, a Assembleia havia aprovado o índice de 6,9%. Além do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo mantêm o mínimo regional. O piso gaúcho é o menor

Aeroviários aceitam reajuste de 8,75%

Rio - O Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea) informou ontem, em nota, que os sindicatos dos aeronautas (tripulantes) e aeroviários (profissionais que atuam em solo) firmaram, no Rio, convenção coletiva de trabalho que concedeu reajuste salarial de 8,75% - 2,5 ponto porcentual de ganho real - aos 52 mil trabalhadores das empresas aéreas de todo o país. "As empresas concederam aumento real acima do índice de inflação medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que acumulou 6,08% de dezembro de 2009 a novembro de 2010", acrescentou o presidente do Snea, José Márcio Mollo. Os pisos salariais tiveram reajuste de 10%.

Os acordos firmados entre as entidades sindicais têm vigência retroativa a 1 de dezembro, data-base das categorias. Os percentuais foram pactuados em assembleias dos trabalhadores realizadas na quinta-feira em todo o país. Na assinatura da convenção, os profissionais do setor foram representados pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, Sindicato Nacional dos Aeroviários, além dos sindicatos de Aeroviários de Porto Alegre, Guarulhos, Pernambuco, São Paulo, Rio e Amazonas.

O reajuste foi acordado após meses de negociações conturbadas. Às vésperas do Natal, quando milhões de brasileiros lotariam os terminais aeroportuários de todo o país, aeroviários e aeronautas programaram uma greve para pressionar as companhias aéreas a elevar a oferta de reajuste, então de 6,08%, que representava as variações de preços medidas pelo INPC nos 12 meses anteriores.

CORREIO DO POVO

Plano da Ulbra encerra-se dia 31

O plano de saúde da Ulbra vai encerrar suas atividades no dia 31 deste mês. Os usuários do plano têm até essa data para procurar outra operadora e fazer a migração. De acordo com a determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os usuários do Ulbra Saúde terão direito a uma portabilidade especial: até o próximo dia 31, os segurados poderão se associar a outros planos de saúde, sem a chamada "carência" - o período em que a pessoa fica pagando sem poder usufruir do benefício.

O Ulbra Saúde, que chegou a ter 190 mil clientes, sofreu uma queda significativa após uma crise na universidade, que teve início em 2008. O plano de saúde foi criado em janeiro de 1997 e contava com unidades ambulatoriais distribuídas em Porto Alegre, na região Metropolitana, no Interior e no Litoral Norte. Porém, a maioria das agências fechou no ano passado.

CORREIO DO POVO

MP ganhará mais três novos prédios

As Torres Gêmeas, como são conhecidos os prédios que sediam o Ministério Público (MP) gaúcho, ganharão mais dois espigões e um prédio anexo. Localizado na av. Aureliano de Figueiredo Pinto, em Porto Alegre, ao lado da sede da instituição, o terreno já está marcado e sinalizado, e abrigará os serviços institucionais e administrativos do MP.

As unidades da instituição que hoje operam na rua Andrade Neves, no Centro da Capital, na rua Santana, serão transferidas para as novas torres. A aquisição do espaço foi negociada com o governo do Estado e o Tribunal de Justiça do RS. De acordo com a Assessoria do MP, o custo total da obra não foi definido, pois o projeto ainda aguarda aprovação na prefeitura e pode ainda sofrer alterações. Na previsão orçamentária 2011 do MP destina recursos para uma parte da obra.

Na sede atual do Ministério Público do RS, também haverá mudanças, com a criação de guichês de atendimento ao público, salas de espera e espaço para ginástica laboral dos funcionários.

CNJ lança Portal da Transparência do Poder Judiciário

Informações sobre receitas e despesas do Poder Judiciário Federal agora poderão ser vistas pela internet. O Portal da Transparência da Justiça se encontra no <http://www.portaltransparencia.jus.br>, site criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “O portal é importante para o controle dos gastos e para mostrar como os tribunais estão gerindo seus recursos”, comenta o conselheiro Marcelo Neves, que foi o relator da Resolução 102 do CNJ, que regulamentou a divulgação das informações financeiras do Judiciário. Com o Portal da Transparência, a gestão financeira do Judiciário pode ser acompanhada com maior facilidade pelo setor público e pelos cidadãos. “Agora o cidadão tem a possibilidade de verificar em que estão sendo empregados os recursos orçamentários”, explica Antonio Carlos Rebelo, diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ. No portal, pode ficar saber o que foi comprado pelo tribunal e qual o fornecedor do serviço ou bem. O sistema foi desenvolvido nos mesmos parâmetros do Portal da Transparência mantido pela Controladoria Geral da União (CGU), tanto que utiliza dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). O CNJ cumprindo à Lei Complementar 131 exigiu a divulgação da execução orçamentária e financeira do setor público no portal. A participação dos tribunais é por adesão. Integram o portal a Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça, Justiça Militar, Justiça do Trabalho, e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A Justiça Eleitoral também deve aderir ao portal. Informações do Fenajud.

Projeto altera regra para dissídio coletivo de trabalho

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7798/10, do Senado, que altera as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o dissídio coletivo de trabalho. Dissídios coletivos são ações propostas na Justiça do Trabalho para solucionar questões que não puderam ser resolvidas pela negociação entre as partes.

A proposta permite que a instauração de dissídio coletivo de natureza econômica também seja feita pelas partes, de comum acordo. Atualmente, segundo a CLT, o dissídio só pode ser instaurado por meio de representação escrita das associações sindicais ao presidente do tribunal; ou pelo Ministério Público do Trabalho, em caso de greve em atividade essencial com possibilidade de lesão ao interesse público.

Segundo o autor do projeto, senador Magno Malta (PR-ES), o objetivo da proposta é harmonizar o texto da CLT com as alterações feitas na Constituição, a partir da aprovação da Emenda Constitucional 45, de 2004. O texto constitucional prevê que a Justiça do Trabalho somente interferirá nos conflitos de natureza econômica se ambas as partes estiverem de acordo quanto ao ajuizamento do dissídio coletivo.

“E, caso se tratar de greve em atividade essencial, com a possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho está legitimado a ajuizar o dissídio”, complementa o autor.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo Rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. O projeto perderá esse caráter em duas situações: - se houver parecer divergente entre as comissões (rejeição por uma, aprovação por outra); - se, depois de aprovado ou rejeitado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário. e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

AGENCIA CAMARA

Judiciário anuncia novo Portal da Transparência

O Judiciário anunciou ontem (20) a criação de um portal que contém informações sobre os gastos realizados pelo poder na esfera federal. O Portal da Transparência do Judiciário seguirá os mesmos moldes do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU) que divulga os gastos

do Executivo federal. A iniciativa é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os dados do portal são referentes ao Superior Tribunal de Justiça, à Justiça Federal, à Justiça do Trabalho, à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e ao Conselho Nacional de Justiça. A consulta pode ser feita em duas modalidades: avançada e por documento. Na modalidade avançada, é possível consultar por período, por tipo de Justiça, pela unidade orçamentária e pelo tipo de despesa, além da possibilidade de fazer a consulta pelo favorecido.

O texto que apresenta o site afirma que o portal é um “instrumento de transparência da gestão fiscal” que irá disponibilizar à sociedade informações referentes à execução orçamentária e financeira do Poder Judiciário.

Ainda segundo a apresentação, o acesso público de dados detalhados será atualizado diariamente com os documentos de execução orçamentária e financeira emitidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) no dia anterior ao da consulta.

Na área ‘Detalhamento de Receitas’, o cidadão poderá acompanhar as receitas previstas e realizadas pelo Poder Judiciário no decorrer do exercício. A consulta permite a obtenção de informações detalhadas por natureza da receita e por órgão.

AGENCIA BRASIL

SC: Crianças em condições análogas a de escravo foram resgatadas de fazenda onde colhiam fumo

Ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Polícias Federal e Militar no município de Rio Negrinho, Planalto Norte catarinense, resgatou 23 pessoas de uma fazenda produtora de fumo onde trabalhavam em condições análogas a de escravo. Dos 23 trabalhadores resgatados, onze são crianças e adolescentes com idades entre 12 e 16 anos. “Conforme orientação da promotora de Justiça na região, as crianças e adolescentes foram entregues em suas casas. O Ministério Público Estadual vai tomar as providências cabíveis com relação ao trabalho infantil”, contou o procurador do Trabalho Guilherme Kirtschig. A fazenda foi interditada e o procurador deu uma semana de prazo para o proprietário levantar os recursos para pagar os danos morais e as verbas trabalhistas e previdenciárias devidas.

A reportagem é do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina e publicada por EcoDebate, 21-01-2011.

No momento da ação da fiscalização, os trabalhadores e as crianças trabalhavam na colheita do fumo e aplicação de agrotóxicos sem equipamentos de proteção, descalços ou de chinelos de dedo. O trabalho em plantações de fumo está entre as piores formas de exploração da criança e do adolescente, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois provoca câncer e outras doenças fatais e degenerativas sendo expressamente proibido, por decreto do MTE, para menores de 18 anos. “Além do contato com o fumo, que já é nocivo à saúde e proibido para menores de 18 anos, eles também lidavam com agrotóxicos sem proteção alguma”, afirma Lilian Carlota Resende, coordenadora de fiscalização do trabalho rural do MTE em Santa Catarina.

Segundo ela, os menores – uma menina de 12 anos, duas meninas e um menino de 13 anos, um menino e uma menina de 14 anos e duas meninas e três meninos de 15 anos – informaram que um trator, com uma caçamba acoplada, passava perto das 6 horas da manhã no centro de Vargem Grande – localidade onde fica a fazenda autuada – e transportava menores e adultos dentro da caçamba até o local de trabalho. “Os menores trabalhavam até perto das 19 horas quando retornavam na caçamba do trator chegando em casa perto das 20 horas”, relata Lilian.

No local, uma grande plantação de fumo, havia apenas o banheiro da casa do produtor que arrendou terras para o empregador. Os menores relataram que muitas vezes faziam suas necessidades no mato e que apesar da água fornecida estar em um galão, todos bebiam a água no mesmo copo, aumentando os riscos de contaminação por doenças infecto-contagiosas.

De acordo com a auditora fiscal, no momento em que a equipe de fiscalização chegou ao local, dois trabalhadoras faziam a aplicação do produto Primeplus – agrotóxico altamente perigoso. “As empregadas esconderam os aplicadores atrás do chiqueiro de porcos para que a fiscalização não

visse que as mesmas faziam a aplicação sem qualquer proteção, uma delas inclusive estava de chinelo, e ambas usavam a roupa própria de uso comum, que posteriormente inclusive seria lavada normalmente com as roupas da família, vindo a contaminar outras pessoas”, completa. As empregadas passavam os agrotóxicos nos locais em que os menores colhiam o fumo, conforme relataram os menores, e o produtor não possuía qualquer Estudo de Gerenciamento dos Riscos dos Agrotóxicos em relação aos trabalhadores. Não havia local para guarda, armazenamento e preparação da calda do agrotóxico. Também não havia local para higienização dos empregados que aplicavam o agrotóxico.

Os fiscais constataram ainda que outra caçamba transportava, ao mesmo tempo, os galões de água, junto com o agrotóxico Primeplus e o agrotóxico Agral, junto com os mantimentos que serviam para as refeições dos empregados.

Os empregados adultos não estavam registrados, portanto não estavam amparados pela previdência social em caso de acidentes, doenças ou morte (no caso para apoio da família), não tinham sido submetidos a exame médico, não recebiam outros direitos como repouso semanal remunerado, férias proporcionais, 13º salário proporcional e FGTS.

Reincidente

A fazenda em questão foi autuada há dois anos atrás pelos mesmos motivos quando firmou Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o MPT. “Infelizmente, não conseguimos saber para quem seria vendida a produção desta fazenda, pois certamente o MPT acionaria a fumageira, que é solidariamente responsável por esse tipo de situação”, lamentou o procurador. Kirtschig deu uma semana de prazo para o proprietário levantar os recursos para pagar os danos morais e as verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias. “Alguns estavam trabalhando há cerca de 26 dias enquanto outros estavam há três ou quatro dias”, diz o procurador. Para evitar uma ação judicial e a execução integral do TAC descumprido, que estabelece mais de R\$ 100 mil em danos morais, o proprietário deverá pagar R\$ 1 mil para cada trabalhador e R\$ 1,3 mil para cada um dos menores a título de danos morais individuais. “Mais as verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias, o que deve totalizar cerca de R\$ 60 mil”, conclui o procurador

Assaltantes armados voltam a assaltar agência dos Correios em Manaus

MANAUS – Homens armados assaltaram, na tarde desta quinta-feira (20), uma agência dos Correios na zona Centro-sul de Manaus. Os acusados renderam os funcionários da loja, localizada no Shopping Studio 5 Mall. Não há informações sobre feridos.

Como a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é um órgão federal, a Polícia Federal do Amazonas acompanha as investigações. A Assessoria dos Correios ainda não divulgou o valor perdido no assalto nem o número de funcionários que estavam no local no momento da ocorrência. Por enquanto, a agência está fechada para a perícia policial.

Há menos de um mês, outra agência dos Correios, entre as Avenidas Djama Batista e Pará, também foi alvo dos assaltantes. Os criminosos renderam os funcionários e levaram o cofre da loja. Ainda em dezembro, assaltantes assaltaram ainda outras duas agências, uma no bairro Parque Dez e outra no bairro Colônia Antonio Aleixo.

Assaltantes rendem funcionários e praticam roubo

Na manhã de ontem, a Agência de Correios e Telégrafos em Uberaba foi assaltada. De acordo com informações da Polícia Militar, os funcionários estavam no local, situado na avenida Tônico dos Santos, quando chegaram dois indivíduos armados e os renderam. Os bandidos anunciaram o assalto e roubaram a quantia de R\$ 3 mil em dinheiro, R\$ 1.082 em cheques, dois aparelhos celulares, quatro documentos de veículos, além da quantia de dois mil selos. Após o roubo, eles fugiram em um veículo Volkswagen Gol, de cor prata sentido rodovia BR-050. Várias viaturas da Polícia Militar realizaram rastreamentos, mas os bandidos não foram encontrados. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil.

Posto de combustíveis - Mais um posto foi assalto em Uberaba. Segundo informações da Polícia Militar, o frentista M.A.F., 53 anos, estava no pátio do posto, situado na rua Coronel Manoel

Borges no centro, quando em determinado momento, chegou ao local um indivíduo alto, magro de cor parda, que trajava calça jeans e capacete de cor preta na cabeça. O suspeito sacou de um revólver, rendeu o frentista e anunciou o assalto. Nesse momento, ele roubou a quantia de R\$ 300 em dinheiro e fugiu a pé, sentido avenida Santos Dumont, onde o bandido pegou “carona”, em uma motocicleta que seu comparsa o aguardava. Várias viaturas da Polícia Militar realizaram rastreamentos, mas a dupla não foi localizada. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil.(JC) JORNAL DE UBERABA

Ação da família Gradin contra os Odebrecht é mantida pela Justiça baiana

Desacordo teve início na venda da participação acionária dos Gradin, que detêm 20,6% das ações do Grupo Odebrecht

Por Época NEGÓCIOS Online

A Justiça baiana recusou os pedidos de embargo de declaração feitos pela família Odebrecht, com o objetivo de tornar inválido o processo movido pela família Gradin, num processo em que o direito dos Odebrecht de opção de recompra automática das ações do grupo empresarial é questionado pelos Gradin, de acordo com o jornal O Estado de S. Paulo. A família Gradin, representada pela Graal Participações, é dona de 20,6% da Odebrecht Investimentos, holding controladora do grupo, enquanto os Odebrecht, representados pela Kieppe Participações, detêm 62,3% das ações.

A disputa entre as duas famílias teve início em meados do ano passado, mas só chegou à Justiça em dezembro. A origem do desacordo está na venda da participação acionária dos Gradin. Um acordo de acionistas firmado há dez anos dá à Odebrecht Investimentos o direito de comprar as ações dos chamados "acionistas administradores", aqueles executivos e conselheiros que recebem papéis da empresa como parte da remuneração.

Critérios como idade, tempo de casa e saída dos executivos determinam a negociação dos papéis. Como antigo diretor financeiro da Odebrecht, Victor Gradin acumulou, sozinho, 12%. Seu filho Bernardo Gradin, ex-presidente da Braskem (uma das empresas do grupo) tem mais 4%. E outro filho, Miguel, ex-presidente da Odebrecht Óleo e Gás, acumula também 4%. Em abril de 2010, deu-se início ao processo de negociação da venda da participação de Victor. Bernardo e Miguel acabaram deixando seus cargos executivos e passaram a negociar também suas fatias. Mais recentemente, as famílias chegaram a um impasse.

Em sua ação na Justiça, os Gradin pedem um mediador para a arbitragem do caso. Para pessoas próximas, o centro da briga estaria na obrigatoriedade da venda das ações. Segundo a revista Veja informou, o valor da participação em disputa é de US\$ 1,5 bilhão. Mas os Gradin não concordariam com o montante, que em outras estimativas chegaria a US\$ 3 bilhões. Conforme o estabelecido no acordo de acionistas, o banco Credit Suisse é o responsável por avaliar o grupo Odebrecht, que tem capital fechado.

EPOCA NEGOCIOS

Trabalhador morre intoxicado no Polo de Camaçari

Um trabalhador da empresa Acrilonitrila do Nordeste S.A (Acrinor) morreu em um acidente de trabalho, na manhã de ontem, no Polo Petroquímico de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador.

O funcionário Manoel Lima Barbosa, de 57 anos, morreu vítima de intoxicação. De acordo com o diretor do Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia, Carlos Alberto Itaparica, no momento da intoxicação, Manoel Lima Barbosa, um funcionário experiente, carregava sozinho um isotanque, com o produto químico Acetona Cianídrica (mistura de ácido cianídrico e acetona).

Após ficar exposto ao produto, o trabalhador começou a passar mal, sentindo fortes dores no corpo e foi socorrido para o PAME (unidade de atendimento médico de emergência no Polo), mas não resistiu e morreu em seguida. A empresa não fez pronunciamentos sobre o assunto. O sindicato espera as investigações da morte para saber se no momento do acidente Manoel tinha disponíveis os equipamentos de segurança.

Esta é a segunda morte de um funcionário do Polo em menos de 30 dias. No último dia 27, Amarildo Araújo Rodrigues, de 39 anos, funcionário da empresa RIP Serviços Industriais Ltda, fazia um serviço terceirizado de montagem de andaime na Braskem, quando uma linha de vapor se rompeu. Ele foi atingido por vapores a uma temperatura de mais de 500°. Outros dois funcionários sofreram queimaduras.

Sindicato protesta - O combate à falta de segurança nas empresas do Polo tem sido uma das principais reivindicações do sindicato da categoria. Recentemente a representação dos químicos e petroleiros entrou com uma ação no Ministério Público do Trabalho da 5ª Região (MPT) e na Procuradoria Regional do Trabalho (PRT), denunciando a empresa Braskem, devido ao elevado número de acidentes ocorridos nos últimos anos.

Na ação, o sindicato pede aos órgãos uma maior fiscalização do ambiente de trabalho da Braskem, além de uma reavaliação da metodologia operacional da empresa para adequá-la aos padrões mínimos de segurança. Somente nos dois últimos meses de 2010, aconteceram sete acidentes com vítimas na Braskem, o mais grave deles resultou na morte de Amarildo, funcionário da empresa RIP.

Fonte: Tribuna da Bahia
TRIBUNA DA BAHIA

Foram os pobres que causaram a crise?

Os EUA continuam cindidos por um acalorado debate sobre as causas da crise financeira em 2007-2009. Será o governo culpado e, em caso afirmativo, em que sentido?

Em dezembro, a minoria republicana na Comissão de Investigação sobre a Crise Financeira (FCIC, em inglês), considerou uma narrativa discordante. De acordo com esse grupo, políticas governamentais equivocadas, visando ampliar a posse de casas próprias por pessoas relativamente pobres, induziu muita gente a assumir financiamentos de quitação incerta (subprime) que não conseguiriam honrar.

Essa narrativa pode conquistar muita adesão, especialmente numa Câmara dos Deputados controlada pelos republicanos e na campanha para a eleição presidencial de 2012. Mas, embora os republicanos na FCIC escrevam com eloquência, têm eles alguma prova em apoio a suas afirmações? Terão sido os pobres nos EUA os responsáveis pela mais grave crise mundial em mais de uma geração?

Não, de acordo com Daron Acemoglu, do MIT (e co-autor, comigo, na análise de outros tópicos), que apresentou suas conclusões na reunião anual da American Finance Association no início de janeiro. (Os slides estão em sua página no site do MIT).

Acemoglu divide a narrativa republicana em três questões distintas. Em primeiro lugar, haverá evidências de que políticos americanos são sensíveis às preferências ou desejos do eleitorado de baixa renda?

As evidências sobre esse ponto não são tão categóricas quanto se poderia desejar, mas o que temos - por exemplo, com base no trabalho de Larry Bartels, da Universidade de Princeton - sugere que nos últimos 50 anos praticamente toda a elite política americana deixou de compartilhar as preferências do eleitorado de baixa ou média renda. As opiniões dos ocupantes de cargos públicos aproximaram-se bem mais das comumente encontradas no topo da distribuição de renda.

Existem várias teorias sobre por que essa mudança ocorreu. Em nosso livro "13 Bankers" (13 banqueiros), James Kwak e eu enfatizamos uma combinação do crescente papel do aumento das contribuições para campanhas - a "porta giratória" entre Wall Street e Washington - e, acima de tudo, uma mudança ideológica: a opinião de que financiar é bom e quanto mais financiamento sem restrições é melhor. Há um corolário evidente: as vozes e os interesses das pessoas relativamente pobres em nada contam na política americana.

A avaliação de Acemoglu sobre resultados de pesquisas recentes sobre a atividade lobista é de que partes do setor privado desejavam que a regulamentação financeira fosse relaxada e empenharam-se arduamente, e gastaram muito dinheiro, para obter esse resultado. O impulso para criação do grande

mercado subprime veio de dentro do setor privado: "inovações" implementadas por financiadoras habitacionais gigantes, como a Countrywide, a Ameriquest e muitas outras, apoiadas pelos grandes bancos de investimento. E, para sermos bastante claros, foram algumas das maiores instituições financeiras de Wall Street, e não mutuários não alavancados, que receberam generoso socorro governamental no rescaldo da crise.

As consequências adversas caíram especialmente sobre os relativamente incultos e mal pagos, que agora perderam suas casas, empregos e as esperanças para seus filhos. Essas pessoas não provocaram a crise. Mas estão pagando por ela.

Acemoglu em seguida indaga se há indícios de que a distribuição de renda piorou nos EUA no final de 1990, induzindo os políticos a reagir afrouxando as rédeas dos empréstimos concedidos às pessoas que estavam ficando para trás. A renda nos EUA tornou-se, efetivamente, muito mais desigual nos últimos 40 anos, mas o "cronograma da desigualdade" não se encaixa, de modo algum, nessa história.

Por exemplo, dos trabalhos que Acemoglu realizou com David Autor (também do MIT), sabemos que as rendas dos 10% mais ricos cresceram sensivelmente durante os anos 1980. As rendas semanais cresceram lentamente tanto para os 50% como para os 10% mais pobres na época, mas o extremo inferior da distribuição de renda na realidade avançou relativamente bem na segunda metade da década de 1990. Assim, ninguém estava em dificuldades maiores do que tinha estado no início de 2000, no período que conduziu à loucura do "subprime".

Usando dados de Thomas Piketty e Emmanuel Saez, Acemoglu também ressalta que a dinâmica da distribuição de salarial no 1% de americanos com maior renda é outra. Como sugeriram Thomas Philippon e Ariell Reshef, o forte aumento do poder aquisitivo desse grupo parece mais interrelacionado com uma desregulamentação do setor financeiro (e, possivelmente, de outros setores). Em outras palavras, os grandes beneficiários de todo tipo de "inovações financeiras" durante as últimas três décadas não foram os pobres (nem mesmo a classe média), mas os ricos - as pessoas já muito bem remuneradas.

Finalmente, Acemoglu analisa o papel do apoio do governo federal ao setor habitacional. Não há dúvida de que os EUA vêm há muito tempo aportando subsídios a mutuários que residem em seus imóveis financiados - principalmente mediante dedução de juros financeiros do imposto de renda. Mas nada, nesse subsídio, explica o momento em que ocorreu o "boom" no setor habitacional e os absurdos nos empréstimos para compra de casas.

Os republicanos na FCIC apontam o dedo firmemente contra a Fannie Mae, Freddie Mac e outras empresas patrocinadas pelo governo que alimentaram os empréstimos para compra de moradias mediante garantias de vários tipos. Eles estão certos em dizer que Fannie e Freddie eram "grandes demais para (que o governo permitisse que viessem a) falir", o que lhes autorizou a tomar empréstimos mais baratos e assumir mais riscos - com muito pequeno lastro de capital próprio para garantir sua exposição.

Mas, embora Fannie e Freddie tenham se envolvido em hipotecas duvidosas (especialmente aquelas apelidadas de "Alt-A") e tivessem se envolvido em financiamentos com as financeiras originadoras diretas de empréstimos de quitação incerta, isso envolveu coisas relativamente pequenas - e, no fim do ciclo, (por exemplo, em 2004-2005). O principal sopro que inflou a bolha veio de toda a maquinaria de securitização de "bandeira privada" - que era exatamente isso: privada. Na verdade, como ressalta Acemoglu, os poderosos atores do setor privado tentaram sistematicamente marginalizar Fannie e Freddie e excluir as duas instituições dos segmentos de mercado em rápida expansão.

Os republicanos na FCIC têm razão em colocar o governo no centro do que deu errado. Mas esse não foi um caso de regulamentação excessiva e demasiadamente abrangente. Ao contrário, 30 anos de desregulamentação financeira, viabilizada pela captura dos corações e mentes dos legisladores e dos políticos dos dois partidos, deram a uma pequena elite do setor privado - principalmente em Wall Street - quase todos os benefícios da bolha habitacional.

Os eventos adversos foram empurrando para o resto da sociedade, especialmente os relativamente incultos e mal pagos, que agora perdeu suas casas, seus empregos, suas esperanças para seus filhos - ou todas as alternativas. Essas pessoas não provocaram a crise. Mas estão pagando por ela. Simon Johnson foi ex-economista chefe do FMI, é co-fundador de um importante blog de economia, www.BaselineScenario.com blog, professor na Escola Sloan de Administração e Negócios, do MIT, e membro sênior do Instituto Peterson para Economia Internacional. Seu livro, "13 Bankers", em co-autoria com James Kwak, está agora disponível em versão de livro de bolso.

Cargill ataca trabalhadores e pratica forma ilegal de jornada de trabalho

Multinacional do agronegócio desrespeita direitos trabalhistas e ignora acordo coletivo
Ao entrar no site da Cargill, multinacional do agronegócio, você se depara com uma apresentação da empresa segundo a qual ‘todos os esforços são norteados por uma visão que expressa as aspirações coletivas das pessoas que nela trabalham.’

Mas a realidade desmente a teoria. Que o digam os trabalhadores da Cargill na região de Sete Lagoas (MS), onde a companhia não respeita o acordo coletivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Afins com a retirada de direitos trabalhistas.

Em assembleia realizada pelo Sindicato no ano passado, ficou definido acabar com a prática de revezamento imposta de forma ilegal pela empresa. No sistema atual, a jornada de trabalho é de sete horas por dia da seguinte forma: trabalha-se sete dias e folga-se três, sem haver previsão no atual acordo coletivo de trabalho.

Outra resolução aprovada na assembleia foi a de revogar a prática do sistema de banco de horas, que também não está incluída no atual acordo coletivo.

“Devemos destacar que esta assembleia foi realizada antes do firmamento do acordo coletivo, na qual foi negado sistematicamente pelos trabalhadores tanto a forma de turno quanto o banco de horas”, argumenta Nilson Cavalcante, presidente do Sindicato e da direção estadual da CUT-MS. Em setembro do ano passado, o Sindicato entrou com uma ação na Procuradoria do Trabalho de Três Lagoas denunciando a empresa por práticas anti-trabalhistas. Além da ação, já foram enviadas diversas notificações dando prazo para a empresa regularizar o acordo. “Mesmo com a denúncia, com a fiscalização do Ministério Público do Trabalho, com as notificações do MPT, a empresa continua batendo o pé e dizendo que não vai alterar o sistema”, informa o presidente do Sindicato. Com a mudança na escala e o fim do sistema de cotas, destaca Nilson, poderia se contratar de 60 a 70 novos trabalhadores, além de beneficiar aqueles que já trabalham na empresa. Uma nova audiência entre Sindicato e empresa está marcada para o dia 31 de janeiro.